

CONTRATO CEDAE N.º 092 /2018 (DE)

Contrato que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)** e a **TELEMAR NORTE LESTE S/A "EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL"**.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, e Diretor de Projetos Estratégicos e Sustentabilidade, Sr. MARCO ANTONIO FEIJÓ ABREU, doravante denominada **CEDAE** e a **TELEMAR NORTE LESTE S/A. "EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL"**, sediada na Rua do Lavradio, nº 71, 2º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.230-070, inscrita no CNPJ sob o nº 33.000.118/0001-79, neste ato por meio de suas Gerentes de Vendas, Srª. JULIANA GERMELLO DE MARCA PRESTON KRUG, portadora da carteira de identidade CNH nº 0006614945-9, DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob nº 028.330.416-24 e Srª. PATRICIA BILLE DROLHE DA COSTA, portadora da Carteira CNH nº 95295030 DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob nº 010.776.757-04, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato de **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE DADOS EM ALTA VELOCIDADE – INFOVIA III, DIVIDIDOS EM: LOTE I – TIPOLOGIA DE CIRCUITO E LOTE II – ACESSO À INTERNET"** com fundamento no **Processo Administrativo nº E-17/100.164/2015**, mediante **Pregão Eletrônico nº 312/2016 (ASL-DP)**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864 de 2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 1993, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A **CONTRATADA** obriga-se a executar, para a **CEDAE**, a **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE DADOS EM ALTA VELOCIDADE – INFOVIA III DIVIDIDOS EM : LOTE I – TIPOLOGIA DE CIRCUITOS E LOTE II – ACESSO À INTERNET"**, obedecendo aos itens, subitens e Anexos do Edital de Licitação por **Pregão Eletrônico nº 312/2018 (ASL-DP)**, que integra o presente Contrato, ainda que neste não transcrito, bem como todas as instruções fornecidas pela **CEDAE** e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as normas relacionadas com execução, fiscalização, aceitação, penalidades, rescisão contratual e pagamentos, estabelecidas neste contrato.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** compromete-se a aditar o contrato, que por esta licitação vier a ser assinado, para inserir toda e qualquer vantagem concedida, pelas mesmas, ao acionista controlador da **CEDAE**, ou seja, ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, inclusive quando representado pelo PRODERJ - Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro, caso venha a ser celebrado contrato com este(s) e/ou disponibilizada Ata de Registro de Preços por este(s), em circunstâncias diversas do presente instrumento.



[Handwritten signatures and stamps]

[Circular stamp: Assessoria Especial de Contratos da ASL-DP]

[Handwritten initials: AJO-2]

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **24 (vinte e quatro) meses** contados a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela CEDAE (Ordem de Início), que será emitida após a publicação do extrato do instrumento contratual no Diário Oficial.

Parágrafo Único - O contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com o que preceitua o inciso II do artigo 57, da Lei 8.666/93.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**: realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato; fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato; exercer a fiscalização do contrato; receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** deverá conduzir os serviços de acordo com as normas e com estrita observância do Edital, da Proposta de Preços e da legislação vigente.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** deverá prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**, indicando, preposto para prover o que disser respeito à regular execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - Será obrigação da **CONTRATADA** manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme Art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA** deverá prestar sem quaisquer ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;

Parágrafo Quarto - A **CONTRATADA** deverá responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável.

Parágrafo Quinto - Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

Parágrafo Sexto - A **CONTRATADA** se obriga, especificamente, a aceitar nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art. 65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até os limites nela estabelecidos.

Parágrafo Sétimo - Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava (**DA RESPONSABILIDADE**);

Parágrafo Oitavo - Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91.

Parágrafo Nono - A **CONTRATADA** deverá, na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.258, de 12/04/2016, preencher os postos de trabalho com pessoas portadores de deficiência ou



necessidades especiais, respeitando o contido no art. 7º, inciso XXXI, da Constituição Federal, na seguinte proporção indicada no art. 93, da Lei nº. 8.213, de 24/07/1991:

- I - de cem a duzentos postos de trabalho, 2% (dois por cento);
- II - de duzentos e um a quinhentos postos de trabalho, 3% (três por cento);
- III - de quinhentos e um a mil postos de trabalho, 4% (quatro por cento);
- IV - mais de mil postos de trabalho, 5% (cinco por cento).

Parágrafo Décimo - A CONTRATADA deverá, na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.753 de 17/10/2017, implementar o Programa de Integridade em até 180 dias após a celebração do contrato,

Parágrafo Décimo Primeiro - O não atendimento ao disposto no parágrafo anterior implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

Parágrafo Décimo Segundo - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

Parágrafo Décimo Terceiro - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

Parágrafo Décimo Quarto - Caberá ao Gestor do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados:

Código Orçamentário: 33903958
Programa de Trabalho: 2200028021
Fonte de Recursos: 10
C. Custos: DE05050000
Conta Contábil: 411110308
ID da Reserva Orçamentária: 2018000684

Parágrafo Único - As despesas relativas aos exercícios subseqüentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA - VALOR DO CONTRATO E REAJUSTAMENTO

Ao presente contrato, em regime de empreitada por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 5.909.045,61 (cinco milhões, novecentos e nove mil, quarenta e cinco reais e sessenta e um centavos)**, com preço base no mês da Estimativa Orçamentária, dividido em lotes, conforme tabela abaixo discriminada.

LOTE I

LOTE I	INFOVIA III - CIRCUITOS DE TRANSMISSÃO DE DADOS EM ALTA VELOCIDADE			
	TIPOLOGIA DE CIRCUITOS (MPLS)	UNITÁRIO MENSAL	QUANTIDADE DE MENSALIDADES	VALOR TOTAL POR TIPO DE CIRCUITO EM 24 MESES
	Circuito de Dados de 5 Mbps (MPLS)	R\$ 1.494,26	2.202	R\$ 3.290.360,52
	Circuito de Dados de 10 Mbps (MPLS)	R\$ 2.077,63	258	R\$ 536.028,54
	Circuito de Dados Via Satélite de 2 Mbps	R\$ 3.012,93	294	R\$ 885.801,42
	Circuito de Dados de 1 Gbps (MPLS)	R\$ 17.155,05	24	R\$ 411.721,20
	TOTAL DE CIRCUITOS MPLS		2.778	R\$ 5.123.911,68
	Circuito Transitório de Dados de 2 Mbps	R\$ 1.120,70	72	R\$ 80.690,40
	Circuito Transitório de Dados de 1 Mbps	R\$ 840,52	54	R\$ 45.388,08
	Circuito Transitório de Dados de 512 Kbps	R\$ 630,39	66	R\$ 41.605,74
LOTE II	Circuito Transitório de Dados de 256 Kbps	R\$ 472,79	294	R\$ 139.000,26
	TOTAL PARA CIRCUITOS TRANSITÓRIOS DE MENOR VELOCIDADE		486	R\$ 306.684,48
	VALOR TOTAL LOTE I			R\$ 5.430.596,16

LOTE II

LOTE II	INFOVIA III - ACESSO À INTERNET			
		UNITÁRIO MENSAL	QUANTIDADE DE MENSALIDADES	VALOR TOTAL EM 24 MESES
	ACESSO INTERNET (IP CONNECT) 1 Gbps	R\$ 11.191,80	42	R\$ 470.055,60
	CIRCUITO TRANSITÓRIO DE 100 Mbps (no mínimo)	R\$ 2.797,95	3	R\$ 8.393,85
	VALOR TOTAL LOTE II			R\$ 478.449,45

Parágrafo Primeiro - No preço ajustado na cláusula anterior já se encontram incluídos todos os custos diretos e indiretos, todos os encargos, os quais correrão exclusivamente por conta e responsabilidade da **CONTRATADA**, todos os tributos, inclusive os referentes às legislações fiscal, tributária e trabalhista, e quaisquer outras despesas necessárias à execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - Somente será analisada a concessão do reajustamento de preços caso a periodicidade ultrapasse 1 (um) ano, unicamente se ocorrer variação do valor contratual, contado a partir da data da apresentação da proposta, observada a legislação vigente e/ou substitutivas e face à comprovada elevação dos insumos utilizados. Neste caso será adotado como limite o Índice de Serviços de Telecomunicações - IST. Para tanto será utilizada a seguinte expressão:

$$R = Po \left[\frac{I - Io}{Io} \right]$$

Onde:

R = Valor do reajustamento

Po = Preço Contratual

I = IST correspondente ao mês de reajustamento

Io = IST correspondente ao mês da apresentação da proposta.

a - Observada a periodicidade a aplicação do reajustamento obedecerá ao cronograma de execução de serviços em vigor.

- b - O reajustamento cessará na data contratual do evento gerador de cada parcela de faturamento.
- c - O valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela a preços contratuais.
- d - Caso o IST do mês de apresentação da proposta não esteja disponível no dia da entrega da documentação e abertura dos envelopes de proposta, será considerado o do mês imediatamente anterior. Da mesma forma, será utilizado no lugar do I o índice do mês imediatamente anterior.

Parágrafo Terceiro - As partes convencionam que o prazo decadencial para a **CONTRATADA** solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na **CEDAE**, será de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

Parágrafo Primeiro - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros, devidamente habilitados, designados pelo Diretor Presidente da CEDAE. Deverão ser obedecidas toda e qualquer orientação da referida Comissão, durante toda a execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, pela comissão a que se refere o parágrafo primeiro, a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo parecer circunstanciado, assinado pelas partes, que deverá ser elaborado no prazo de 15 (quinze) dias após a entrega do serviço;

a.1 - A emissão do Termo de Aceitação Provisória, ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela prevista no cronograma físico-financeiro do contrato, observando-se os seguintes procedimentos:

a.2 - A empresa contratada deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter a sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.

a.3 - As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e esta será encaminhada à **CEDAE** juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e os documentos exigidos no contrato para a realização do pagamento. A Comissão de fiscalização não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

a.4 - Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa, a contratada omitir-se ou recusar-se em realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela

efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de sua obrigação e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

a.5 - Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente última fatura ficará suspenso.

a.6 - Será considerado "adimplemento" a conclusão, pela contratada, de cada etapa (ou parcela) prevista no cronograma físico-financeiro acompanhada da apresentação de todos os documentos exigidos no contrato para a realização do correspondente pagamento.

a.7 - Representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à contratada recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

a.8 - De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega do recibo à contratada, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive a atestação da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da fatura pela Comissão de Fiscalização.

a.9 - A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a Pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

a.10 - Caberá a Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto na última etapa/parcela, deverão ser registradas no processo.

b) definitivamente, após parecer circunstanciado emitido por comissão designada para este fim, após decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação e vistoria, contados a partir da data de emissão do parecer de que trata a alínea anterior, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

b.1 - A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, deverá solicitar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

b.2.- De igual modo, a contratada deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

b.3 -. No caso de omissão ou recusa da contratada em solicitar à **CEDAE** a Aceitação Definitiva do objeto contratado, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de manifestar-se pela efetiva solicitação em no máximo 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação.

b.4 - Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do Contrato reterá a Garantia Contratual, se houver.

b.5 - Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela contratada.

b.6 - A inobservância do item anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

Parágrafo Terceiro - O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo Quarto - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Quinto - A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo Sexto - A execução dos serviços terá início a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela CEDAE (Ordem de Início).

Parágrafo Sétimo - Não será admitida a cessão, sub-rogação ou subcontratação dos serviços contratados. A subcontratação será admitida somente por motivo de fato superveniente e mediante aprovação prévia e expressa da **CEDAE**.

Parágrafo Oitavo - A **CONTRATADA** compromete-se em atender todas as determinações da Fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Nono - A Fiscalização da execução dos serviços caberá à **CEDAE**, através de prepostos por ela indicados, o que não eximirá a **CONTRATADA** de sua total e indivisível responsabilidade.

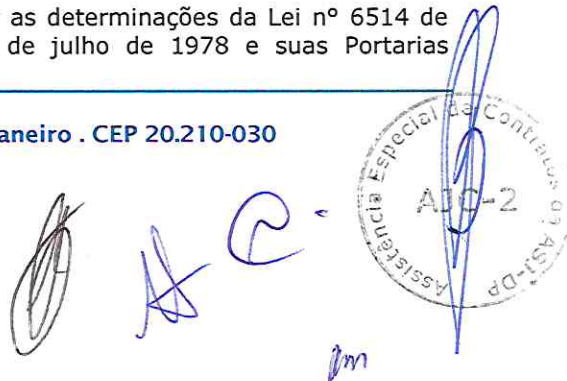
Parágrafo Décimo - Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, se procederá a fiscalização do regime de cotas de que trata o parágrafo oitavo da Cláusula Quarta do Contrato, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo Primeiro: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias



Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA** será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa de Débito e Tributos e Contribuições Federais, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou das respectivas certidões positivas com efeito de negativas, sempre que expirados os prazos de validade.

Parágrafo Quarto - A ausência da apresentação dos documentos mencionados no Parágrafo Terceiro ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

Parágrafo Quinto - Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

Parágrafo Sexto - No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos devidos em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato serão efetuados em 24 (vinte e quatro) parcelas, mediante crédito em conta bancária mantida pela **CONTRATADA** no Banco Bradesco S.A., cujo número e agência deverão ser informados no Formulário Solicitação de Cadastro de Credor, conforme Anexo XII deste edital.

Parágrafo Primeiro - No caso da contratada estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pela **CEDAE** a impossibilidade de a contratada, em razão da negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela contratada.

Parágrafo Segundo - Os pagamentos devidos pela **CEDAE** à **CONTRATADA** somente serão autorizados após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

Parágrafo Terceiro - Na apresentação de fatura mensal única, nos casos de consórcio, estas deverão ser emitidas em nome da empresa líder, no valor montante do pagamento, acompanhada das notas fiscais emitidas por cada uma das empresas participantes do consórcio, fazendo-se referência na própria fatura das parcelas que cabem às consorciadas.

Parágrafo Quarto - Os pagamentos poderão ser efetuados através do sistema de faturamento por Nota Fiscal emitida com código de barras.

Parágrafo Quinto - O pagamento das faturas, acompanhadas do documento de cobrança, será efetuado pela **CEDAE** no 30º (trigésimo) dia, após a data final do período de adimplemento de

cada parcela, mediante demonstração pela **CONTRATADA** do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, devendo a fatura ser aceita (atestada) ou recusada no máximo em 03 (três) dias pela fiscalização, após a apresentação da mesma.

Parágrafo Sexto - A demonstração do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas consiste na apresentação Certidão Negativa de Débito e Tributos e Contribuições Federais, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou das respectivas certidões positivas com efeito de negativas, sempre que expirados os prazos de validade.

Parágrafo Sétimo - Satisfeitas as obrigações previstas no parágrafo terceiro o prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da entrega do documento de crédito, isento de erros, à Comissão de Fiscalização.

Parágrafo Oitavo - A **CEDAE** poderá processar o pagamento da parcela incontroversa da fatura, dentro do prazo estabelecido no parágrafo quinto, desde que a **CONTRATADA** apresente o faturamento devidamente segmentado. O pagamento da parcela contestada se dará de acordo com o disposto no parágrafo sétimo.

Parágrafo Nono - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Décimo - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à contratada, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês pro rata die.

Parágrafo Décimo Primeiro - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata o parágrafo nono da cláusula quarta do Contrato, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** compromete-se a aditar o contrato, que por esta licitação vier a ser assinado, para inserir toda e qualquer vantagem concedida, pelas mesmas, ao acionista controlador da **CEDAE**, ou seja, ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, inclusive quando representado pelo PRODERJ - Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro, caso venha a ser celebrado contrato com este(s) e/ou disponibilizada Ata de Registro de Preços por este(s), em circunstâncias diversas do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CEDAE**, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

Parágrafo Primeiro - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, cabendo à Administração o reconhecimento de seus direitos em caso de rescisão administrativa, conforme Art. 55, inciso IX e Art. 77 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Segundo - O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão; a subcontratação parcial ou total dos serviços sem prévia autorização escrita da **CEDAE**, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Terceiro - A rescisão de que tratam os artigos 77 e 78, I a XII e XVII, da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94, se opera por ato unilateral da **CEDAE** (Art. 79, inciso I) sem que caiba à **CONTRATADA**, em hipótese alguma ou a qualquer título, direito à indenização a não ser o pagamento das parcelas realmente executadas e aprovadas pela Fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Quarto - Não havendo culpa da **CONTRATADA** para a ocorrência da rescisão, fará ela jus ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados, de conformidade com o parágrafo 2º do Art. 79 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Quinto - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

Parágrafo Sexto - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

Parágrafo Sétimo - Na hipótese de rescisão do contrato, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a **CONTRATADA** sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado dos serviços não executados, sem prejuízo da retenção de créditos, e das perdas e danos que forem apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro - A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

Parágrafo Segundo - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

- a) Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

Parágrafo Terceiro - A imposição das penalidades é de competência exclusiva da **CEDAE**.

a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado do Ambiente.

Parágrafo Quarto - A multa administrativa, prevista na alínea b, do Parágrafo Primeiro:

a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;

b) deverá, nas reincidências específicas, corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;

d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

Parágrafo Quinto - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea c, do Parágrafo Primeiro, observará o seguinte:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sétimo, da cláusula oitava.

Parágrafo Sexto - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, prevista na alínea d, do Parágrafo Primeiro, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

a) A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo Sétimo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil,

sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

Parágrafo Oitavo - Se o valor das multas previstas na alínea b, do Parágrafo Primeiro e do Parágrafo Sétimo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Nono - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Décimo - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

a) Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

b) A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

b.1) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do Parágrafo Primeiro, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do mesmo parágrafo.

c) Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Primeiro - Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a **CEDAE**, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

Parágrafo Décimo Segundo - As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

Parágrafo Décimo Terceiro - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

Parágrafo Décimo Quarto - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada na hipótese de não apresentação da documentação exigida no parágrafo terceiro da Cláusula Oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

Parágrafo Décimo Quinto - Será aplicada a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurado inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



Handwritten signatures and stamps are present at the bottom right of the page. There is a circular stamp that reads "Assistência Especial de Contratos da ASPLAG" and "ALC-2". There are also several handwritten initials and signatures in blue ink.

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

Parágrafo Primeiro - A denúncia e a rescisão administrativa deste contrato, em todos os casos em que admitidas, independem de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operarão seus efeitos a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CEDAE** poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao valor da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único - Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeito ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

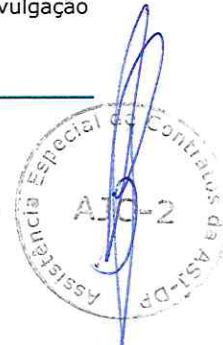
Parágrafo Primeiro - É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem prévia autorização judicial.

Parágrafo Segundo - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado para conhecimento, cópia do contrato no prazo de 15 dias contados após sua publicação, conforme Deliberação TCE-RJ n. 280/2017.

Parágrafo Primeiro - O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.



Parágrafo Segundo - O extrato da publicação deverá conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura, fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

A **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante de prestação de garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do art. 56 da Lei 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da **CEDAE**, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.

Parágrafo Segundo - A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

Parágrafo Terceiro - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

Parágrafo Quarto - A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da **CONTRATADA**, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela **CEDAE**.

Parágrafo Quinto - Se da contratação resultar a transferência da posse direta de bens da **CEDAE** à **CONTRATADA**, em valor total superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), será exigido, ainda, o *seguro multirrisco básico*, que conterà as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

Parágrafo Sexto - A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.

Parágrafo Sétimo - A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo Oitavo - A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

Parágrafo Nono - Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena da multa e/ou de rescisão administrativa do contrato.

Parágrafo Décimo - A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo XI do edital de licitação.

Parágrafo Décimo Primeiro - O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a **CEDAE** a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

Parágrafo Décimo Segundo - O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

Parágrafo Décimo Terceiro - A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - EXIGÊNCIAS LEGALMENTE OBRIGATÓRIAS

A **CONTRATADA** indica como responsável pelos serviços, ora contratados, a Srª GRAZIELA ALHADAS DE SOUZA PLATENIK, Identidade nº 127.425.88-2 IFP/RJ, inscrita no CPF sob nº

056.453.807-89, que fica autorizada a representá-la, perante a **CEDAE**, em tudo que se relacionar à matéria dos serviços.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** obriga-se a manter a profissional indicada na Cláusula anterior como Responsável na direção dos trabalhos até o final da sua execução. A substituição da Responsável Técnica poderá ser feita por outro, a juízo exclusivo da **CEDAE**, de igual lastro de experiência e capacidade.

Parágrafo Segundo - Para todos os fins de direito, obrigações e responsabilidades das partes, vinculam-se ao presente contrato a proposta de preços da contratada, o edital da licitação por **Pregão Eletrônico - 312/2018 - ASL-DP (Processo E-17/100.164/2015)** e todos os seus anexos, como se neles tivessem transcritos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 11 de Julho de 2018.

Pela **CEDAE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor Presidente


MARCO ANTONIO FEIJÓ ABREU
Diretor de Projetos Estratégicos e Sustentabilidade

Pela **CONTRATADA**:


JULIANA GERMELLO DE MARCA PRESTON KRUG
Gerente de Vendas


PATRÍCIA BILLE DROLHE DA COSTA
Gerente de Vendas

TESTEMUNHAS:

Ref. Contr-TELEMAR-NORTE-LESTE-S.A-em-recuperação-judicial-transmissão-de-dados-LOTE-I-e-II-PE-312-18-VB

Secretaria de Estado do Ambiente

FUNDO ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO URBANO

ATO DO SECRETÁRIO-EXECUTIVO E DO DIRETOR-GERAL INTERINO

PORTARIA CONJUNTA FECAM/SEA Nº 16 DE 17 DE JULHO DE 2018

DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO FECAM E O DIRETOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS INTERINO DA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA, no exercício de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 7.844, de 10 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2018, o Decreto nº 46.230, de 31 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece normas para a execução orçamentária do Poder Executivo para o exercício de 2018 e o Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a descentralização da execução orçamentária, a Resolução SEA nº 553, de 21 de fevereiro de 2017, e a IN AGE nº 24, de 09 de setembro de 2013, que estabelece normas para a prestação de contas da descentralização.

RESOLVEM:

Art. 1º - Descentralizar a execução do crédito orçamentário, na forma a seguir especificada.

I - **OBJETO:** Projeto: Entulho da Baixada - Processo FECAM nº E-07/000.164/2010.

II - **VIGÊNCIA:** início: 17/07/2018 - término: 31/12/2018

III - **DE/Concedente:** 24 - Secretaria de Estado do Ambiente - SEA. **UO:** 2404 - Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano - FECAM.

UG: 240400 - Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano - FECAM.

IV - **PARA/Executante:** 2401 - Secretaria de Estado do Ambiente - SEA.

UO: 2401 - Secretaria de Estado do Ambiente - SEA. **UG:** 240100 - Secretaria de Estado do Ambiente - SEA.

V - **CRÉDITO:**

PT: 2404.17.512.0162.3977 - Intervenção em Saneamento Ambiental/FECAM.

Natureza da Despesa: 4490.00

Fonte: 104

Valor: R\$60.378,59

VI - A emissão da respectiva nota de crédito no SIAFE ficará condicionada à existência de dotação orçamentária disponível no programa de trabalho elemento de despesa e fonte acima referido.

Art. 2º - Esta Portaria Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 2018

WALLACE SERAFIM PAVÃO

Secretário Executivo do FECAM

LINCOLN MURCIA

Diretor-Geral de Administração e Finanças Interino

Id: 2119423

FUNDO ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO URBANO

ATO DO SECRETÁRIO-EXECUTIVO E DO PRESIDENTE

PORTARIA CONJUNTA FECAM/INEA Nº 18 DE 17 DE JULHO DE 2018

DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO FECAM E O PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, no exercício de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 7.844, de 10 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2018, o Decreto nº 46.230, de 31 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece normas para a execução orçamentária do Poder Executivo para o exercício de 2018 e o Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a descentralização da execução orçamentária, a Resolução SEA nº 553, de 21 de fevereiro de 2017, e a IN AGE nº 24, de 09 de setembro de 2013, que estabelece normas para a prestação de contas de descentralização.

RESOLVEM:

Art. 1º - Descentralizar a execução do crédito orçamentário, na forma a seguir especificada.

I - **OBJETO:** OBRA EMERGENCIAL DE CONTENÇÃO DA MARGEM ESQUERDA RIO PIABANA, NO BAIRRO ALBERTO TORRES, MUNICÍPIO DE AREAL.

II - **VIGÊNCIA:** início: 17/07/2018 - término: 31/12/2018.

III - **DE/Concedente:** 24 - Secretaria de Estado do Ambiente - SEA. **UO:** 2404 - Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano - FECAM.

UG: 240400 - Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano - FECAM.

IV - **PARA/Executante:** 2432 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA.

UO: 2432 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA. **UG:** 243200 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA.

V - **CRÉDITO:**

PT: 2404.18.544.0190.3978 - Molharia da Infraestrutura Hidráulica dos Corpos Hídricos/FECAM.

Natureza da Despesa: 4490.00

Fonte: 104

Valor: R\$ 2.269.180,54

VI - A emissão da respectiva nota de crédito no SIAFE ficará condicionada à existência de dotação orçamentária disponível no programa de trabalho elemento de despesa e fonte acima referido.

Art. 2º - Esta Portaria Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 2018

WALLACE SERAFIM PAVÃO

Secretário Executivo do FECAM

MARCUS LIMA

Presidente do Instituto Estadual do Ambiente

Id: 2119470

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

CONSELHO DIRETOR

DESPACHOS DO CONSELHO DIRETOR

DE 12.03.2018

PROCESSO Nº E-07/002.6483/2014 - INDEFIRO o requerimento de Licença de Operação, em nome de PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESOPOLIS, com base nos termos do Parecer Técnico de LO GELANI nº 1817 e, especialmente, na decisão do Conselho Diretor, em sua 427ª Reunião Ordinária de Licenciamento Ambiental, realizada em 1.3.18, bem como nos demais elementos dos autos do processo em referência.

DE 05.07.2018

PROCESSO Nº E-07/002.12512/2013 - INDEFIRO o requerimento de averbação da Licença de Instalação LI IN027214, em nome de MARINA RIOMARINA LTDA, visando prorrogação de prazo de validade

com base no Parecer Técnico GA 37/2017 (fls. 191) e na decisão do Conselho Diretor, em sua 427ª Reunião Ordinária de Licenciamento Ambiental, realizada em 18.4.18 e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

DESPACHOS DO DIRETOR

DE 22.05.2018

PROCESSO Nº E-07/002.682/2013 - INDEFIRO o requerimento de Certidão de Regularidade Ambiental, em nome de AUTO POSTO BAIÁ DE PARATY LTDA, para revenda de combustíveis com base no Parecer Técnico de Indefinição de Licença nº GELRAM-PT-125/18 (fls. 61), que informa que a empresa recebeu da Prefeitura Municipal de Paraty a LO nº03/2017, e nos demais elementos constantes dos autos do processo em referência.

DE 25.05.2018

PROCESSO Nº E-07/51173/2010 - INDEFIRO o requerimento de renovação da Licença de Operação LO IN0333584, em nome de P S TEIXEIRA COLETA DE RESÍDUOS LTDA EPP, com base no Parecer Técnico de Indefinição de Licença de Operação nº GELRAM-PT-009 (fls. 331), que informa que o licenciamento da atividade ocorreu pelo processo E-07/002.9708/18 e, ainda, nos demais elementos constantes dos autos do processo em referência.

DE 29.05.2018

PROCESSO Nº E-07/002.9472/2017 - INDEFIRO o requerimento de Certificado de Registro de Controle de Vetores e Pragas Urbanas, em nome de SANE-ECO'S CONTROLE AMBIENTAL EIRELI - EPP, com base no Parecer Técnico GELAF nº 13/2018 (fls. 73), que informa que a empresa não atendeu a notificação GELAF/NT/01083179 e nos elementos constantes dos autos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/002.8178/2017 - INDEFIRO o requerimento de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, em nome de LUIZ CARLOS BANDOLLO GOMES, com base no Parecer Técnico nº GE-URH-046/2018 (fls. 44-45), que informa o não atendimento a notificação SEORH/NT/01081961, fundamentado na Resolução INEA nº 129/2015 e, ainda, nos demais elementos constantes dos autos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/20257/2006 - INDEFIRO o requerimento de renovação da Licença de Operação LO nº FE012519, em nome de COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG, com base no Parecer Técnico de Indefinição de Licença nº GELRAM-PT-0080/2018 (fls. 272), bem como nos demais elementos dos autos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/002.9471/2017 - INDEFIRO o requerimento de Certificado de Registro de Higieneção, em nome de SANE ECO'S CONTROLE AMBIENTAL EIRELI EPP, com base no Parecer Técnico nº 36/18 (fls. 83-84), que informa o não atendimento a notificação nº GELAF/NT/01083188 e, ainda, nos demais elementos constantes dos autos do processo em referência.

DE 11.07.2018

PROCESSO Nº E-07/500632/2009 - INDEFIRO o requerimento para averbação da Licença de Operação LO IN029814, em nome de RE-NOVE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, com base no Parecer Técnico de Indefinição de Licença nº GELRAM/SELART-Indefinição-PT-0173/2018 (fls. 891), que informa que a averbação acarretará alteração no enquadramento da atividade e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

Id: 2119545

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

COORDENADORIA EXECUTIVA E DE PLANEJAMENTO

ATO DO COORDENADOR EXECUTIVO E DE PLANEJAMENTO

PORTARIA INEA COEXEC Nº 48 DE 17 DE JULHO DE 2018

CRIA COMISSÃO PARA A GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DESTINADO À "CONTRATAÇÃO DE OUTROS PROVEDORES."

O COORDENADOR EXECUTIVO E DE PLANEJAMENTO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, no uso das atribuições previstas na Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007, e no Decreto Estadual nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, tendo em vista o que consta no Processo nº E-07/002.13719/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Criar a Comissão de Gestão e Fiscalização do Contrato INEA nº 023/2018, firmado com Telemar Norte Leste.

Art. 2º - Designar Eder Castano Vianha do Mello, ID Funcional nº 4347924-3, para a prestação de Contas, com o cargo de Gerente Geral, ID Funcional 4254716-4, Roberto da Souza Lopes, ID 4317661-5, para a fiscalização, e Ana Maria Ferreira da Costa de Almeida, ID Funcional 1905234-0, como suplente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 16/07/2018, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 2018

LINCOLN MURCIA

Coordenador Executivo e de Planejamento

Id: 2119546

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 14/06/2018

DESIGNA FLAVIO DIDEOT TORRES, Agente de Saneamento H, como Presidente, **RICARDO BRITTO DE OLIVEIRA**, Agente de Saneamento F e **ROBERTO REIS SEVERIANO** Agente de Saneamento H, como membros titulares e **LUIZ CLAUDIO AGUIAR**, Operador Central de Rádio, como membro suplente, **Gerente do Contrato PAULO DE PINHO RODRIGUES**, Agente de Saneamento I e **RICARDO BATISTA MOREIRA**, Operador Central de Rádio, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE DADOS EM ALTA VELOCIDADE - INFOVIA III", de que trata o Processo nº E-17/100.164/2015, Ordem de Serviço "E" Nº 15.162/2018.

Id: 2119425

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 26/06/2018

DESIGNA CARLOS HENRIQUE COELHO BRAZ, Agente de Saneamento A, como Presidente, **ROBSON DA SILVA**, Técnico de Saneamento II, **ALEXANDER JOAQUIM LOURENÇO**, Engenheiro B, como membros titulares e **DIMAS DOS SANTOS CASSIANO**, Agente de Saneamento A, como membro suplente, **Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico Contabilidade II e **JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA**, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à "AQUISIÇÃO DE TUBOS PARA IMPLANTAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO CENTRO DE INSTRUÇÃO DA MARINHA DO BRASIL, ALMIRANTE ALEXANDRE NÓI", de que trata o Processo E-07/100.151/2018, Ordem de Serviço "E" nº 15.167/2018.

Id: 2119599

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 26/06/2018

DESIGNA RIVALDO DOS SANTOS DE SOUZA, Agente de Saneamento D, como Presidente, **ARILDO CESAR NOGUEIRA DE CASTRO**, Agente de Saneamento D e **CELSO SOARES SILVA**, Agente de Saneamento I, como membros titulares e **YARA MARILIA DA SILVA BALDINO**, Contadora C, como membro suplente, **Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico Contabilidade II e **JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA**, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à "AQUISIÇÃO DE PA CARREGADEIRA", de que trata o Processo nº E-07/100.514/2017, Ordem de Serviço "E" Nº 15.171/2018.

Id: 2119454

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 11/07/2018

PROCESSO Nº E-07/100.196/2018 - HOMOLOGO a licitação por Tomada de Preços TP - 401/2018 - ASL-DP realizada em 04/07/2018.

Id: 2119377

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 13/07/2018

PROCESSO Nº E-07/100.194/2017 - PE Nº 334/2017 - ASL-DP - CONHEÇO E NEGO PROVIMENTO aos recursos interpostos pelas empresas EPIC SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA e TRL SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE TRANSPORTE, GESTÃO EMPRESARIAL E LOGÍSTICA LTDA. Por conseguinte, adjudica os itens da licitação as seguintes empresas: CARLEX TRANSPORTES E SERVIÇOS EIRELI - itens 01, 02, 03, 05, 06, 08, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17 e 18; CS BRASIL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA - itens 07, 09 e 19; UNISERVICE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS EIRELI - item 14; EPIC SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA - item 04.

Id: 2119530

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 16/07/2018

PROCESSO Nº E-17/100.206/2012 - PE Nº 003/2016 - ASL-DP - CONHEÇO E NEGO PROVIMENTO ao recurso interposto pela empresa INVESTPLAN COMPUTADORES E SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI. **ADJUDICO** o objeto da licitação à Empresa GTIS TECNOLOGIA S.A.

Id: 2119522

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

DE 17.07.2018

PROCESSO Nº E-02/007/002623/2018 - AUTORIZO a inclusão do produto TRICHODERMAX EC (CDSV/RJ nº 1375) no Cadastro Estadual de Agrotóxicos Fitossanitários, requerido pela Empresa NOVARYZMES BIOAG PRODUTOS PARA AGRICULTURA LTDA, inscrito no CNPJ 75.797.456/0001-23, em cumprimento ao art.6º, § 1º da Lei nº 6441/2013.

PROCESSO Nº E-02/007/002624/2018 - AUTORIZO a inclusão do produto SMARTFRESH TM SMARTTAGS (CDSV/RJ nº 1376) no Cadastro Estadual de Agrotóxicos Fitossanitários, requerido pela Empresa AGROFRESH BRASIL LTDA, inscrito no CNPJ 21.005.119/0001-27, em cumprimento ao art.6º, § 1º da Lei nº 6441/2013.

PROCESSO Nº E-02/007/002083/2018 - AUTORIZO a inclusão do produto CERCONIL (CDSV/RJ nº 1385) no Cadastro Estadual de Agrotóxicos Fitossanitários, requerido pela Empresa IHARABRAS S.A., inscrito no CNPJ 61.142.550/0001-30, em cumprimento ao art.6º, § 1º da Lei nº 6441/2013.

PROCESSO Nº E-02/007/001786/2018 - AUTORIZO a inclusão do produto ABSOLUTO SC (CDSV/RJ nº 1386) no Cadastro Estadual de Agrotóxicos Fitossanitários, requerido pela Empresa IHARABRAS S.A., inscrito no CNPJ 61.142.550/0001-30, em cumprimento ao art.6º, § 1º da Lei nº 6441/2013.

PROCESSO Nº E-02/007/002081/2018 - AUTORIZO a inclusão do produto BLADE (CDSV/RJ nº 1378), no Cadastro Estadual de Agrotóxicos Fitossanitários, requerido pela Empresa TRADECORP DO BRASIL, COMERCIO DE INSUMOS AGRICOLAS LTDA, inscrito no CNPJ 04.997.059/0001-57, em cumprimento ao art.6º, § 1º da Lei nº 6441/2013.

PROCESSO Nº E-02/007/002082/2018 - AUTORIZO a inclusão do produto PERMETRINA CGAB384 EC (CDSV/RJ nº 1379), no Cadastro Estadual de Agrotóxicos Fitossanitários, requerido pela Empresa CGAB AGRICOLA S.A., inscrito no CNPJ 08.938.255/0001-01, em cumprimento ao art.6º, § 1º da Lei nº 6441/2013.

PROCESSO Nº E-02/007/002198/2018 - AUTORIZO a inclusão do produto AGRIVALLE AUN (CDSV/RJ nº 1373), no Cadastro Estadual de Agrotóxicos Fitossanitários, requerido pela Empresa AGROVALLE BRASIL, INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS AGRICOLA LTDA, inscrito no CNPJ 05.470.581/0001-49, em cumprimento ao art.6º, da Lei nº 6.441/2013.

PROCESSO Nº E-02/007/002084/2018 - AUTORIZO a inclusão do produto GR-INN (CDSV/RJ nº 1380), no Cadastro Estadual de Agrotóxicos Fitossanitários, requerido pela Empresa AGROVALLE BRASIL, INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS AGRICOLA LTDA, CNPJ 05.470.581/0001-49, em cumprimento ao art.6º, da Lei nº 6.441/2013.

PROCESSO Nº E-02/007/002622/2018 - AUTORIZO a inclusão do produto FAVOSO (CDSV/RJ nº 1374), no Cadastro Estadual de Agrotóxicos Fitossanitários, requerido pela Empresa UPL DO BRASIL, INDUSTRIA E COMERCIO DE INSUMOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 02.974.733/0001-52, em cumprimento ao art.6º, da Lei nº 6.441/2013.

PROCESSO Nº E-02/007/002621/2018 - AUTORIZO a inclusão do produto DANADO (CDSV/RJ nº 1377), no Cadastro Estadual de Agrotóxicos Fitossanitários, requerido pela Empresa UPL DO BRASIL, INDUSTRIA E COMERCIO DE INSUMOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 02.974.733/0001-52, em cumprimento ao art.6º, da Lei nº 6.441/2013.

PROCESSO Nº E-02/007/001787/2018 - AUTORIZO a inclusão do produto NIMITZ EC (CDSV/RJ nº 1383), no Cadastro Estadual de Agrotóxicos Fitossanitários, requerido pela Empresa ADAMA BRASIL S.A., CNPJ 02.290.510/0001-76, em cumprimento ao art.6º, da Lei nº 6.441/2013.

PROCESSO Nº E-02/007/002079/2018 - AUTORIZO a inclusão do produto MISSIL (CDSV/RJ nº 1391), no Cadastro Estadual de Agrotóxicos Fitossanitários, requerido pela Empresa DOW AGROSCIÊNCIAS LTDA, CNPJ 47.180.825/0001-46, em cumprimento ao art.6º, da Lei nº 6.441/2013.

PROCESSO Nº E-02/007/002080/2018 - AUTORIZO a inclusão do produto ATRAZINA MAX NORTOX (CDSV/RJ nº 1382), no Cadastro Estadual de Agrotóxicos Fitossanitários, requerido pela Empresa NORTOX S.A., CNPJ 75.263.400/0001-99, em cumprimento ao art. 6º, da Lei nº 6.441/2013.

PROCESSO Nº E-02/007/001784/2018 - AUTORIZO a inclusão do produto HELMOQUAT (CDSV/RJ nº 1384), no Cadastro Estadual de Agrotóxicos Fitossanitários, requerido pela Empresa HELM DO BRASIL MERCANTIL LTDA, CNPJ 47.176.755/0001-05, em cumprimento ao art.6º, da Lei nº 6.441/2013.

PROCESSO Nº E-02/007/002620/2018 - AUTORIZO a inclusão do estabelecimento INAFARM INDUSTRIA QUIMICA E FARMACEUTICA S/A (SDA/RJ nº 89), inscrito no CNPJ 07.467.822/0012-99, no Registro Estadual de Empresas Comercializadoras de Agrotóxicos Fitossanitários em cumprimento a Resolução SEAPEC nº 70/2015.

PROCESSO Nº E-02/007/002086/2018 - AUTORIZO a inclusão do estabelecimento AGROVANT COMERCIO DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA (SDA/RJ nº 81), inscrito no CNPJ nº 07.467.822/0012-99, no Registro Estadual de Empresas Comercializadoras de Agrotóxicos Fitossanitários em cumprimento a Resolução SEAPEC nº 70/2015.

PROCESSO Nº E-02/007/002085/2018 - AUTORIZO a inclusão do estabelecimento INHARABRAS S.A. INDUSTRIA QUIMICA (SDA/RJ nº 82), inscrito no CNPJ nº 07.467.822/0012-99, no Registro Estadual de Empresas Comercializadoras de Agrotóxicos Fitossanitários em cumprimento a Resolução SEAPEC nº 70/2015.

Id: 2119407

ANEXO ÚNICO

ID FUNCIONAL	NOME DO SERVIDOR
3975077-8	TÂNIA MARCIA ANDRADE TRIPARI VASCONCELOS
3782701-5	ELISABETE REGINA DA SILVA RIBEIRO
3764185-5	ELIANE MARAVILHA FRANCO RIBEIRO
4072723-8	CATHARINA FERREIRA PAES
3399040-3	ELIZETE BARROZA DA SILVA
3389267-9	FABIANA PINTO ROSA
3645017-0	ZULFIDE DE SOUZA SANTOS
1066648-0	NEUSA MARIA SANTOS CARNEIRO
3939506-0	ROSELENE DE OLIVEIRA NOVAES
3741297-3	ANDREA LUIZ DE MIRANDA
3786331-2	KARLA FARIANI FÁRIA CARVALHO
3517682-2	ADRIANA VALIENGO MELO
3517491-9	ANGELICA RODRIGUES DA SILVA

Id: 2119183

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia,
Inovação e Desenvolvimento Social

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 003/2018.

PARTES: O Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social e a empresa Investplan Computadores e Sistemas de Refrigeração Ltda.

OBJETO: Prestação de serviços especializados de locação de 220 (duzentos e vinte) Estações de Trabalho, para atendimento à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social.

PRAZO: 36 (trinta e seis) meses a partir da data de publicação do extrato.

VALOR: R\$ 134.349,60 (cento e trinta e quatro mil trezentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos).

FUNDAMENTO: Regido por toda legislação aplicável à espécie especialmente pela Lei Federal nº 8.666/93; Lei Estadual nº 287/79 e pelo Decreto Estadual nº 3.149/80, que regulamenta o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro.

DATA DE ASSINATURA: 17/07/2018.

PROCESSO Nº E-26/015/317/2018.

Id: 2119431

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

***INSTRUMENTO:** 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 10/2016. **PARTES:** Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro e a APR RH Serviços Terceirizados LTDA-ME. **OBJETO:** Prorrogação Contratual sem renúncia de reajuste. **DATA DA ASSINATURA:** 19/08/2018. **PRAZO:** 6 (seis) meses a partir de 21/08/2018. **PROCESSO Nº E-26/004/141/2018.** **VALOR:** R\$ 39.183,24 (trinta e nove mil cento e oitenta e nove reais e vinte e quatro centavos). **FUNDAMENTO DO ATO:** Lei nº 8.666/93.

*Omitido D.O. de 21/08/2018.

**República por incorreções no original publicado no D.O. de 17/07/2018.

Id: 2119453

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA
ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ADOLFO BLOCH

EDITAIS

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ADOLFO BLOCH nos termos da Portaria PR/FAETEC Nº 163/2004 de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/2004, torna público o nome do aluno que concluiu o CURSO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO, neste Estabelecimento de Ensino.

CURSO: TÉCNICO EM HOSPEDAGEM - ANO: 2014
MARCELLE SIQUEIRA REIS

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ADOLFO BLOCH nos termos da Portaria PR/FAETEC Nº 163/2004 de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/2004, torna pública a emissão de 2ª VIA de Certificado expedido por este Estabelecimento de Ensino.

CURSO: ENSINO MÉDIO - ANO: 2001
ANTONIO REGINALDO BORGES DE ANDRADE

Id: 2119438

Secretaria de Estado do Ambiente

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EDITAL

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 7º da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, c/c o Art. 54º, Inciso I da Lei Estadual nº 3.239/1999, e tendo em vista o Auto de Constatação nº SUPMACON/01018072, Processo nº E-07/002.545/2018.

CONVOCA:

NOME: P C Rodrigues Transportes e Comércio - EPP, CNPJ/CPF nº: 32.253.106/0001-93. **ENDEREÇO:** Rua Acadêmico Paulo Sérgio C de Vasconcelos 213, Novo Cavaleiros, Macaé/RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer ao INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Rua Ponto Del Este, nº 187 - Cavaleiros - Macaé - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

Id: 2119548

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

A PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO, designados pela Portaria INEA/PRES nº 747, de 30 de novembro de 2017, do Instituto Esta-

dual do Ambiente - INEA torna público o edital que sofreu alterações.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES.

A ERRATA 01 encontra-se disponível no site do INEA www.inea.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa na Avenida Venezuela, nº 110, 4º andar, sala 404, Saúde, Rio de Janeiro/RJ.

Id: 2119547

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 094/2018 (DF).

PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a F.G.S BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS PARA IMPLANTAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO CENTRO DE INSTRUÇÃO DA VARINHA DO BRASIL ALMIRANTE ALEXANDRINO, itens 01 a 04 do Anexo I ao Edital.

PRAZO: 30 (trinta) dias.

VALOR: R\$ 140.114,40 (cento e quarenta mil cento e noventa reais e quarenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 13/07/2018.

FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.151/2018 (Pregão Eletrônico nº 335/2018).

Id: 2119600

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 092/2018 (DE).

PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a TELEVAR NORTE LESTE S/A "EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL".

OBJETO: "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE DADOS EM ALTA VELOCIDADE - INFOVIA III DIVIDIDOS EM: LOTE I - TIPOLOGIA DE CIRCUITOS E LOTE II - ACESSO À INTERNET".

PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses.

VALOR: R\$ 5.909.045,61 (cinco milhões, novecentos e nove mil quatrocentos e sessenta e um reais).

DATA DE ASSINATURA: 11/07/2018.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-17/100.164/2015 (Pregão Eletrônico nº 312/2015).

Id: 2119456

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 093/2018 (DF).

PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a VALENCE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE PA CARREGADEIRA".

PRAZO: 20 (vinte) dias.

VALOR: R\$ 277.777,78 (duzentos e setenta e sete mil setecentos e setenta e sete reais e setenta e oito centavos).

DATA DE ASSINATURA: 11/07/2018.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.514/2017 (Pregão Eletrônico nº 333/2018).

Id: 2119458

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 06 ao Contrato CEDAE nº 004/2016 (DT).

PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a CONSTRUTORA MEDEIROS CARVALHO DE ALMEIDA LTDA.

OBJETO: Prorrogação do prazo de execução das obras.

PRAZO: 120 (cento e vinte) dias.

VALOR: Sem alteração do valor contratual.

DATA DE ASSINATURA: 17/07/2018.

FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-07/100.269/2017 (CN nº 006/2014).

Id: 2119607

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 02 ao Contrato nº 085/2017 (DM).

PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a ROSENGE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP.

OBJETO: Ratificação de itens da Planilha Orçamentária, com acréscimo de valores e inclusão de itens.

PRAZO: Sem alteração do prazo contratual.

VALOR: R\$ 2.603,85 (dois mil seiscentos e três reais e oitenta e cinco centavos) correspondente a um acréscimo de 0,36% (zero virgula trinta e seis por cento) do valor inicial do contrato.

DATA DE ASSINATURA: 13/04/2018.

FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.720/2014 (Tomada de Preços nº 104/2016).

*Omitido no D.O. de 16/04/2018.

Id: 2119621

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 087/2018 (DF).

PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a EDEN GASES E SOLDAS LTDA EPP.

OBJETO: Visando corrigir erro material, altera-se a cláusula sexta e o caput da cláusula nona do Contrato CEDAE nº 087/2018 (DF).

PRAZO: Sem alteração do prazo contratual.

VALOR: Sem alteração do valor contratual.

DATA DA ASSINATURA: 13/07/2018.

FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.013/2017 (Pregão Eletrônico nº 311/2017).

Id: 2119457

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº

330/2018 - ASI-OP.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÁCIDO FOSFÓRICO.

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica aos interessados que a licitação em epígrafe será realizada no dia 01/08/2018, às 11:00 horas no mesmo local anteriormente divulgado.

Id: 2119444

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 337/2018

ASI-OP.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE POLICLORETO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO (PAC).

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica que encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, a Errata 01, com as alterações efetuadas no edital do Pregão Eletrônico em epígrafe.

Id: 2119602

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 346/2018

ASI-OP.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CROMATOGRÁFO LÍQUIDO DE ALTA PERFORMANCE ACOPLADO A ESPECTRÔMETRO DE MASSAS MS-MS TRIPLO QUADRUPOLO (LC MS-MS).

DATA DA ETAPA DE LANCES: 02/08/2018 - HORÁRIO: 11:00 horas.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes.caixa.gov.br.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 1.575.667,44.

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Terço/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3829 e 2332-3831, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

Id: 2119606

Secretaria de Estado de
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato de Prestação de Serviços. **PARTES:** Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento e Olinex Costa Cysneiros. **OBJETO:** Serviços de consultoria individual para dar continuidade ao Plano de Capacitação do Projeto Rio Rural BIRD e a implantação/estruturação da Rede de Artesanato Rural. **DATA DA ASSINATURA:** 17/07/2018. **PRAZO:** 30.11.2018. **VALOR DO CONTRATO:** R\$ 22.188,68 (vinte e dois mil cento e sessenta e oito reais e sessenta e oito centavos). **FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-02/007/000204/2018

Id: 2119422

Secretaria de Estado de Cultura

EDITAL

Em cumprimento ao Decreto nº 44.013 de 02 de janeiro de 2013, e o disposto na Lei nº 1.954, de 26 de janeiro de 1992, e na Lei nº 7.035, de 07 de julho de 2015 o Senhor Secretário de Estado de Cultura concede a fruição do benefício fiscal em favor do patrocinador abaixo:

01	Processo nº	E-18/001/100051/2018
	Projeto:	16ª FLIP - Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP 2018)
	Produção:	Nacional
	Proponente:	Associação Casa Azul
	CPF/CNPJ:	05.241.493/0002-55
	Patrocinador:	Café Três Corações S.A.
	CNPJ:	17.467.515/0033-55
	Valor Total Incentivado:	R\$ 160.000,00
	Destinação Obrigatória Fundo (1/5 do Valor)	R\$ 32.000,00
	Valor Total de Contrapartida	R\$ 40.000,00

Id: 2119205

Procuradoria Geral do Estado

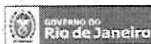
EDITAL

3º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO PROGRAMA DE ACESSO E INCLUSÃO SOCIAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

A PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, nos termos da Resolução PGE nº 4.194, de 04.04.2018, faz saber aos interessados que, de acordo com as disposições contidas no § 2º do art. 6º, após prestarem o Exame, foram selecionados para o curso de capacitação e formação jurídica relativo ao Programa de Acesso e Inclusão Social da Procuradoria Geral do Estado - PAIS/PGE os seguintes candidatos:

1 - CANDIDATOS CLASSIFICADOS

Classificação	Insc	Nome	D.Nasc.	Const.	Civil	P. Civil	Total
1	158	GABRIELA SILVA DE OLIVEIRA PAULA	08/03/1994	34	26	26	86
2	161	JÉSSICA DAMASCENO ARRUDA	10/07/1992	34	24	26	84
3	15	ETHIENE VANILA DE SOUZA WIENCESLAU	28/03/1992	30	28	26	84
4	87	ROGERIO JOAO BATISTA DA SILVA	04/02/1995	34	22	26	82
5	68	PATRICIA MIRANDA GIRALDEZ	06/05/1997	32	26	24	82
6	170	LIDIANE ESTEVAM BARROSO PEREIRA DE OLIVEIRA	03/03/1983	32	24	24	80
7	246	BRUNA LIRA DE SOUZA	22/05/1990	28	24	28	80



documento
assinado
digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Quinta-feira, 19 de Julho de 2018 às 02:18:24 - 0300.

A assinatura não possui validade quando impresso.

ORDEM DE SERVIÇO "E" Nº 15.162 DE 14 DE JUNHO DE 2018.

O Presidente da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno,

RESOLVE:

1. Designar FLÁVIO DIDEKO TORRES, Agente de Saneamento H, como Presidente, RICARDO BRITTO DE OLIVEIRA, Agente Administrativo F, ROBERTO REIS SEVERIANO, Agente de Saneamento H, como membros titulares e LUIZ CLAUDIO GOULART, Operador Central de Rádio, como membro suplente, sem prejuízo de suas funções, constituírem **Comissão de Fiscalização** para a **"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE DADOS EM ALTA VELOCIDADE – INFOVIA III"**, de que trata o Processo E-17/100.164/2015.
2. Designar **PAULO DE PINHO RODRIGUES**, Agente de Saneamento I, para Gerente do referido contrato, de acordo com a Ordem de Serviço "E" nº 11.664 de 07/12/2010, bem como **RICARDO BATISTA MOREIRA**, Operador Central de Rádio, como suplente.


ENGº JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
PRESIDENTE

